

Clayton Luiz da Silva

Mario Zasso Marin

ESPAÇO BRASILEIRO E DINÂMICAS TERRITORIAIS RECENTES

APRESENTAÇÃO

Com o presente material queremos oportunizar mais um momento de leitura e reflexão acerca da relação entre inovações tecnológicas sua implicação na (re)organização dos lugares. O objetivo central é discutir um conjunto de temas geográficos que devem ser levados à sala de aula, a fim de permitir aos estudantes da educação básica conhecer mais sobre aquilo que é objeto de reflexão no ensino universitário. Na escola, os estudantes têm de ser estimulados a ler o mundo pela perspectiva geográfica, mas sem deixar de atentar ao seu cotidiano.

Cabe ao professor propor formas de aprendizado em que os estudantes percebam a necessidade da história como um meio de conferir mais rigor àquilo que se propõe conhecer. Dentre as temáticas mais presentes no ensino escolar, talvez a globalização tenha sido um dos mais recorrentes quando nos referimos à Geografia. Entender sua gênese, seus elementos constituintes bem como seus agentes aparece como uma importante tarefa para a tradução do mundo que rodeia o estudante do ensino básico. As sucessivas etapas das transformações tecnológicas e dos modos de produzir a existência humana são fundamentais para a compreensão do atual período histórico, marcado pela presença massiva da circulação e da informação.

Nas cidades estão presentes os novos nexos que ligam diferentes pontos do globo, e que constituem elementos significativos na organização da vida dos lugares e das pessoas, numa realidade que chega a todos, embora não afete a todos da mesma forma. A globalização econômica em curso organiza os lugares, mas não sem desorganizar histórias pretéritas. Trata-se de um movimento dialético no qual organização e desorganização andam juntas e se tornam concretas nos lugares, cabendo ao geógrafo a tarefa de interpretar, à luz de sua teoria, o funcionamento do mundo. Esse é o convite aqui feito, que os estudantes sejam estimulados a pensar sobre o mundo a partir dos lugares, observando como neles as possibilidades hoje existentes são ou não realizadas.

Colocadas essas observações preliminares, esperamos que os leitores e professores aceitem nosso convite para, com criatividade e espírito crítico, a reflexão de algumas temáticas importantes referidas à formação socioespacial brasileira ao longo da história, leitura de algumas das nossas manifestações artísticas e culturais, fruto dessa hibridização acima exposta, contribuindo para a ampliação das temáticas e práticas a serem acionadas por educadores na construção de sua prática pedagógica.

Boa leitura!

1 Espaço Geográfico – a importância do estudo da técnica

O estudo da técnica sempre foi fundamental para a análise espacial, embora poucas vezes ele receba a verdadeira atenção que mereça. Distintamente da natureza, o espaço geográfico requer manutenção exatamente por estar “povoado” por objetos técnicos, de diversas idades e responsáveis por distintas funções sociais. Aprender a ler e interpretar o espaço implica verificar que, quando estudada a relação entre a técnica e o espaço, facilmente nota-se que a história humana tem nos legado uma paisagem onde a presença da técnica é desigual nos distintos lugares do globo ou no interior de um território nacional.

Uma forma de perceber a importância da técnica para os estudos geográficos é verificar como historicamente os grupos humanos resolveram problemas básicos para a manutenção da vida de forma coletiva e sedentária num dado lugar. As discussões sobre as Civilizações antigas vão nessa direção, sendo exemplos as denominadas *civilizações de regadio*, cujos exemplos mais lembrados pela história ensinada nas escolas são aqueles que floresceram nas margens do rio Nilo, cujas nascentes estão na África Equatorial, cortando grandes extensões desérticas até sua foz, no mar Mediterrâneo. Ali se desenvolveu a Civilização Egípcia, responsável por grandes inventos ligados ao controle das águas, “domando” a crescente fértil. Todos os anos as cheias do rio Nilo, controladas através de complexos sistemas hidráulicos, permitiram ampliar áreas de plantio em suas margens, bem como o desenvolvimento de tecnologias ligadas ao uso da força hidráulica (rodas d’água, barragens, canais, etc.). O desenvolvimento de cidades, bem como a especialização da divisão do trabalho (engenheiros, astrônomos, entre outros postos de trabalho), foi obra dos egípcios, mas não exclusivamente.

Segundo Santos (1999), o estudo da evolução técnica é fundamental para que se entenda como em diferentes épocas o espaço foi sendo moldado para atender aos interesses sociais. Segundo esse autor, o período pós-revolução industrial nos legou um conjunto de novas possibilidades técnicas que foram sendo aderidas ao território. Tais técnicas não eram mais baseadas no trabalho do artesão, mas carregadas cada vez mais de Ciência, devendo a ela sua razão de ser e de funcionamento. Se durante milhares de anos o ser humano teve um conjunto limitado de possibilidades técnicas para modificação do espaço, moldando-o ao projeto de cada grupo social em diferentes lugares, o período industrialista da história trouxe um conjunto de mudanças significativas na forma como as pessoas se relacionam entre si e com o espaço.

De modo geral, baseados na proposição de Santos (1999 e 2001), podem-se definir, para o território brasileiro três grandes períodos, com um correspondente meio geográfico: um *meio pré-técnico*, marcado pelo conhecimento de terreno adquirido com os indígenas (incluindo caminhos, alimentos, a toponímia, utensílios, etc.), que gradativamente o português vai tomando para si, ao mesmo tempo em que modifica sua forma de vida para viver nos trópicos. Progressivamente o espaço do futuro território brasileiro, basicamente o litoral e ao longo dos rios (caso da bacia amazônica e do rio São Francisco, desde há muito tempo chamado de *Rio da Integração Nacional*) que permitiam certa penetração no interior da colônia, foi sendo ocupado por sucessivas e, às vezes, concomitantes atividades econômicas que possibilitaram a criação de vilas e arraiais. Essa incipiente tecnificação do espaço, principalmente ao longo dos séculos XVIII e XIX, vai permitir identificar em certas áreas a criação de um *meio técnico*. No entanto, até o final do século XIX, muito pouco do interior do espaço territorial brasileiro havia sido alterado.

É fundamentalmente no século XX, principalmente a partir do Estado Novo (1937-1945) e da Era Vargas (1930-1945) que o território vai ter alterada sua configuração, com a criação de um meio *técnico-científico* moldado em nossa modernização reflexa. Se, por um lado, ocorre a substituição de importações com a implantação de uma indústria de base, por outro, o surto (processo) de industrialização que ocorre não permite criar as condições de uma transformação urbana e industrial em escala nacional. É nesse sentido que Santos (2001) afirma a existência de uma *região concentrada* (englobando parte do sudoeste e a região sul do país), resultado desse processo. É nesse período que se aprofundam as desigualdades regionais, ou que, pelo menos, elas ficam mais evidentes, exemplificadas em áreas de atividades econômicas em crise, como no caso das regiões Norte e Nordeste, ao mesmo tempo em que o Centro-Oeste aparece como um novo espaço a ser ocupado, a despeito de sua ocupação já efetivada por indígenas, caboclos e posseiros.

O século XX é um momento em que a construção da unidade econômica e territorial brasileira coloca em evidência as contradições das ocupações já ocorridas ao longo de mais de 400 anos de contato entre *novo* e *velho mundo*. Após 1970, as possibilidades de uma nova divisão territorial do trabalho, baseada no uso das novas tecnologias da comunicação e informação (NTCI's), dá as bases para o aceleração da urbanização, da mesma forma que estimula a modernização da atividade agrícola, com rebatimento no êxodo rural. Tudo isso,

aliado à ampliação do mercado interno, dá uma nova feição ao espaço brasileiro, permitindo falar na constituição de um *meio técnico-científico e informacional*¹.

O estudo dos ciclos econômicos ao longo da história territorial brasileira nos ajuda a compreender como o espaço do futuro território brasileiro acolheu os diferentes sistemas técnicos utilizados para a produção. Vale destacar que tais ciclos estiveram tanto econômica quanto politicamente ligados à forma como o Brasil se articulava com o mundo, seja no período colonial, imperial ou republicano.

O quadro seguinte traz resumidamente os ciclos econômicos, indicando sinteticamente os sistemas técnicos utilizados para sua organização:

Quadro 1: Brasil – ciclos econômicos, ocupação do território brasileiro e sistemas técnicos

Ciclo Econômico:	Região do território brasileiro:	Sistemas técnicos utilizados:
- Pau Brasil – Século XVI	Litoral (Mata Atlântica)	Mão de obra indígena (cunhadismo), pouco intensivo em técnicas.
- Drogas do Sertão – Séculos XVI/XVIII	Mata Amazônica	Extratativismo vegetal com mão de obra indígena. Escoamento dos gêneros extraídos com barcos através dos afluentes do rio Amazonas, e dele até a Europa.
- Cana-de-açúcar – Séculos XVI e XVII	Nordeste brasileiro, principalmente nas capitânicas de Pernambuco e Bahia.	Trabalho escravo, em engenhos movidos por gado ou homens. Sistema de <i>plantation</i> (monocultura em grandes extensões). Criação de vilas e arraiais.
- Ouro/Mineração – Século XVIII	Região central do estado de Minas Gerais, mas também das Minas de Goiás.	Trabalho negro escravo, com técnicas pouco desenvolvidas. Criação de cidades, vilas e arraiais. (Origem das cidades de Mariana, Vila Rica, atual Ouro Preto, Congonhas, São João Del Rey, Sabará, Tiradentes, entre outras). Construção da Estrada Real. Caminho das minas de Goiás, o qual, posteriormente, foi fundamental para o surgimento de importantes cidades paulistas, como Campinas. Importância dos portos de Mangaratiba, Angra dos Reis, Rio de Janeiro e Ubatuba-SP.
- Cacau – Século XIX	Região de Ilhéus, sul da Bahia	Trabalho negro escravo. Plantio dos cacauzeiros (monocultura/ <i>plantation</i>).

¹ Assistir aos vídeos a seguir para entender melhor a construção do meio técnico-científico e informacional:
<<https://www.youtube.com/watch?v=K6EIIQNsoJU> Milton santos>.
<<https://www.youtube.com/watch?v=fQrww1sjHyI> Josué de Castro>.

		<p>Construções de barracões de secagem e estocagem.</p> <p>Importância do porto de Ilhéus e da criação de vilas e arraiais no Recôncavo Baiano.</p>
- Borracha – Séculos XIX e XX	<p>A área onde se desenvolveu a economia da borracha compreende as terras banhadas pelos afluentes do rio Solimões, indo em direção ao atual estado do Acre. Natural das florestas dessa região, a <i>Hevea brasiliensis</i> (Seringueira), fornecia a matéria prima (borracha) que seria exportada para os países europeus que se industrializavam (principalmente a Inglaterra). Tal ciclo propiciou um apogeu econômico e cultural fora das regiões de extração, fazendo florescer cidades como Manaus/AM e Belém/PA.</p>	<p>Utilização dos rios navegáveis da bacia amazônica.</p> <p>Introdução de mão de obra nordestina na região de extração do látex (borracha).</p> <p>A ocupação nordestina e desenvolvimento dos seringais facilitou a incorporação do território Acre (antigo espaço Boliviano), ao espaço brasileiro, finalizando o “desenho” do território brasileiro como conhecido hoje.</p> <p>Os seringueiros viviam nas terras da extração, em condições bem precárias e sob controle dos seringalistas, os intermediários e verdadeiros donos dos seringais.</p> <p>Utilização de Vapores, grandes barcos utilizados para o transporte da borracha até os portos (Manaus e Belém), para posterior exportação.</p>
- Café – Final do Século XIX até a primeira meta do Século XX	<p>Duas fases, primeiramente no Vale do Rio Paraíba, entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, posteriormente no oeste do estado de São Paulo.</p>	<p>Na primeira fase, uso do trabalho negro escravo, posteriormente da mão de obra imigrante, principalmente italiana.</p> <p>Estradas e caminhos pela Serra do Mar, por exemplo a partir de Taubaté/SP, passando por São Luiz do Paraitinga, até o porto de Ubatuba/SP. Ou passando por Cunha/SP até a cidade de Paraty/RJ.</p> <p>Utilizando como meio de transporte o lombo de mulas.</p> <p>Na segunda fase, destaque para o Porto de Santos/SP, com o transporte dos grãos por trens. A utilização do transporte ferroviário influenciou a urbanização do estado de São Paulo, permitindo ainda diversificar as atividades de comércio e serviço do estado quando entrou em crise o ciclo do café.</p>

Fonte: Organização dos autores, 2015.

2 Urbanização e território Brasileiro

Antes de discutir as características da urbanização contemporânea, é necessário fazer uma análise retrospectiva a respeito do processo de construção do território brasileiro, de modo a melhor compreender sua importância na organização da vida das populações no mundo hoje, e mais particularmente no Brasil. Em todos os continentes do globo, a urbanização é um fenômeno presente, com consequências geográficas específicas. A urbanização, pelo menos no mundo ocidental, está associada ao progresso técnico, ao avanço das relações capitalistas no campo, com a expulsão de grandes contingentes humanos para a vida na cidade, estando vinculada, há dois séculos, ao processo de industrialização em suas variadas fases.

Embora se possa dizer que a vida urbana esteja presente ao longo da história humana, o avanço do processo de urbanização está associado ao desenvolvimento do capitalismo na Europa, entre o final do século XVIII e início do XIX.

Para o caso brasileiro, embora se possa dizer que a urbanização tenha se iniciado ainda no século XVI, com a fundação, em 1532, da Vila de São Vicente, no litoral paulista, ou com a criação da cidade de Salvador, em 1549, ela não teve grande impulso nos primeiros séculos desde 1500. O incipiente fenômeno da urbanização esteve atrelado ao desenvolvimento das atividades econômicas regionais, geralmente localizadas em áreas próximas ao litoral e sem conexões entre as cidades.

Nesse sentido, a urbanização pretérita (SANTOS, 1993) não apresentou o desenvolvimento de grandes redes de cidades, dado que resultava de um país essencialmente agrícola, com uma população relacionada à vida rural e agrária. Esse autor afirma que ocorreu mais a criação de cidades (da mineração, do café, da borracha, etc.) que propriamente um processo de urbanização.

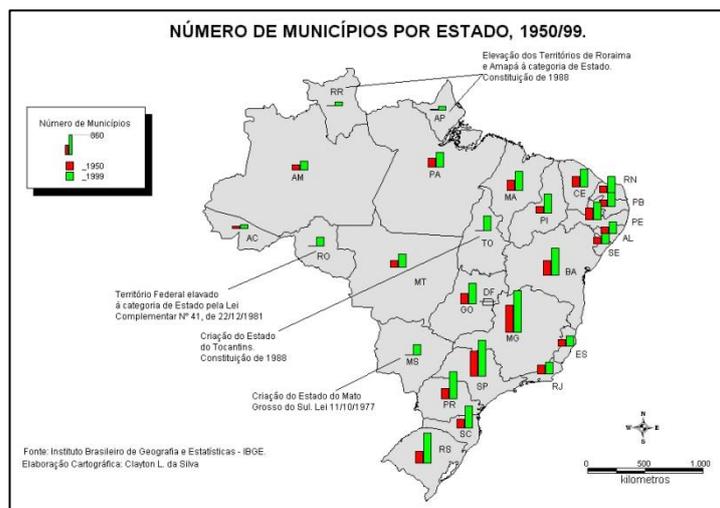
Com o impacto da modernização tecnológica, os governos são forçados a responder tanto às necessidades dos cidadãos como também às mudanças da estrutura da produção do país, e isso passa a ocorrer no Brasil fundamentalmente no século XX. Os serviços prestados pelo Estado territorial passam a abrigar novas atividades (modernas), bem como ocorre também a renovação das materialidades (infraestruturas, etc.), que favorecem a criação e o fortalecimento das atividades modernas e das formas monopolísticas de atividade. Outra característica marcante é a centralização do maior montante de recursos dos impostos, que garante ao Estado possibilidades de investimento maciço. Isso fica bem exemplificado com a

transformação por que passou o território brasileiro, principalmente após a segunda Guerra Mundial, que terminou por modificar o padrão de consumo, de produção e distribuição da informação e dos recursos pelo território. É essa nova organização do território que permitiu instituir e aprofundar a construção de uma dialética de concentração e desconcentração. Por um lado, houve a instituição de estruturas monopolíticas, verificadas pela concentração das infraestruturas, estas também responsáveis pela concentração econômica e demográfica. De outro, houve a dispersão pelo território, quando são também instituídos os equipamentos de natureza social, como hospitais e escolas, ou quando se distribui incentivos aos agricultores.

Para o exercício da função política de coordenação de toda a vida nacional há a necessidade de criação ou melhoramento das infraestruturas de transportes e comunicações. Mas não basta que apenas as decisões políticas repercutam por todo o território, é necessário que os resultados da atividade econômica de uma região repercutam em outras regiões. Trata-se de buscar a criação de uma rede e de viabilizar a integração da economia territorial, que conduz à articulação de um conjunto de cidades, mas com hegemonia das cidades capitais.

Nesse sentido, é fundamental perceber que o Estado brasileiro incentivou a ocupação e urbanização do interior do território brasileiro. A construção de Brasília desencadeou um conjunto de transformações que culminou na ampliação do número de cidades em direção ao “oeste”. O mapa 1 mostra a evolução no número de municípios comparando seu total em 1950 e 1999. Durante a segunda metade do século XX, um conjunto de políticas tocadas pelo Estado brasileiro incentivou ainda novas atividades produtivas, das quais a expansão da fronteira agrícola em direção à Amazônia é um exemplo. Lá foram implementadas a colonização pública e privada, reorganizando a região, resultando na criação de cidades.

Ao mesmo tempo, estados mais desenvolvidos, situados nas regiões Sudeste e Sul como São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul viram ampliar o número de municípios, resultado, em parte, da desconcentração das atividades econômicas industriais, muito embora tal



Mapa 1: Número de municípios por Estado, 1950/99.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Elaboração Cartográfica: Clayton L. da Silva.

desconcentração se deu de forma ainda concentrada, pois foram poucos os municípios que receberam os investimentos públicos e privados.

A consolidação de uma industrialização orientada para as necessidades nacionais permitiu a constituição de relações importantes do ponto de vista da hierarquia entre cidades. Santos (1979) propôs uma classificação para a análise urbana, em que a organização do espaço pela cidade dependeria de seu nível funcional: cidades locais; cidades regionais; metrópoles incompletas e metrópoles completas. Quanto às metrópoles, as incompletas são aquelas que se irradiam sobre um vasto espaço, mas dependem de contribuições externas para exercer a totalidade das funções. Por sua vez, as metrópoles completas seriam aquelas responsáveis principais pela macro-organização do território, capazes de responder a amplas necessidades econômicas e sociais com meios ordenados por ela própria, tais como produção de bens de capital ou elaboração de tecnologias adaptadas às exigências da sociedade econômica nacional. As metrópoles são o fruto da modernização recente dos países subdesenvolvidos.

A modernização do Estado significa que mesmo as menores capitais têm que se equipar de serviços de primeira ordem, indispensáveis ao funcionamento de um Estado moderno. No entanto, esse Estado moderno não ocorre de forma homogênea no território como um todo. A *industrialização* e a *revolução do consumo* terminam por aumentar a dimensão das cidades, diversificar as atividades e criar novas formas de produção que não poderiam se instalar em outro meio que não fossem as grandes aglomerações. A modernização do consumo termina por levar a uma migração para as aglomerações melhor localizadas. Para Santos (1979): “É por isso que as grandes cidades dos países subdesenvolvidos são *macrocéfalas* [...] os países entraram na era da modernização com cidades de grandes dimensões.” (SANTOS, 1979, p.223) (grifo nosso).

Santos (1979) salienta ainda que:

A macrocefalia, tal como é conhecida atualmente, nos países subdesenvolvidos, é o resultado do progresso tecnológico e das tendências à concentração que ele provoca. As cidades inicialmente privilegiadas beneficiam-se com uma acumulação seletiva de vantagens e, assim, acolhem as novas implantações. (SANTOS, 1979, p. 240).

As cidades maiores reúnem as principais vantagens comparativas, entre elas as economias de escala e as economias de aglomeração. Por sua vez as cidades intermediárias “[...] receberam um impulso particular nos últimos três decênios, devido à difusão de novos modelos de informação e consumo, no entanto não podem responder a todos os tipos de

demanda.” (SANTOS, 1979, p. 243). Assim, é a cidade intermediária que oferece produtos e serviços quantitativa e qualitativamente mais diversificados. Porém, suas possibilidades são limitadas pela tendência de concentração das atividades nas metrópoles econômicas. Cidade intermediária e metrópole nacional têm as mesmas origens, mas a última é a beneficiária do sistema.

Por outro lado, Santos (1979, 230) argumenta que: “As desigualdades regionais podem ser definidas como diferenças duráveis, localmente interdependentes e cumulativas entre subespaços de um mesmo país”. Hoje as desigualdades regionais devido a condições conjunturais e estruturais, acabam, segundo esse autor, levando a um colonialismo interno. As desigualdades sociais, que no território são manifestas por meio das disparidades regionais, da desigualdade cidade-campo, pela diferenciação entre tipos urbanos (macrocefalia), levam a situações de dependência, daí “colonialismo interno”. Hoje as disparidades regionais podem ser sinônimas de “colonialismo interno” na medida em que as regiões não têm entre elas os mesmos mecanismos ou instrumentos para relacionarem-se umas com as outras.

A concentração industrial leva a uma dominação da área mais densamente industrializada, o que, por sua vez, facilita os mecanismos de difusão de modernizações sobre o território. No Brasil a concentração industrial alimenta esse mecanismo de colonialismo interno, a partir do qual as cidades com maiores densidades de redes conseguem impor, sobre o restante do território, seus projetos. No entanto, deve ser lembrado que o projeto modernizador baseado no modelo industrial-exportador representa interesses minoritários, passando muito longe dos reais interesses da sociedade brasileira em sua totalidade. Ainda mais esses projetos contam com uma mídia massiva que legitima suas práticas e com uma elite nacional, a verdadeira beneficiária interna do modelo. Dessa forma, os projetos de modernização hoje postos em prática dizem respeito a grupos dominantes, além de serem um obstáculo a que os grupos dominados tenham uma maior participação nos resultados do trabalho coletivo.

Ademais, Santos (1979, p. 231) salienta que “[...] esse ‘colonialismo interno’ vai buscar sua explicação no ‘colonialismo externo’; esse é responsável pela seleção das regiões capazes de polarizar e das firmas ou indivíduos capazes de se beneficiarem com essa polarização”. Vale lembrar que esses indivíduos não necessitam ser estrangeiros, mas podem ser também nacionais, “[...] o importante a ser ressaltado é a filiação direta do que é chamado de colonialismo interno em relação à dependência externa”.

Pode-se dizer que “[...] um dos resultados das situações de desigualdade espacial é o desencadeamento de migrações intrarregionais, rural-urbanas e interurbanas.” (SANTOS, 1979, p. 237). As migrações devem ser vistas como uma expressão espacial dos mecanismos de modernização. Atualmente as facilidades de transporte impelem os migrantes potenciais para as cidades regionais onde o setor terciário é mais elástico e também para as grandes cidades. A modernização tecnológica e a revolução do consumo tendem a se concentrarem econômica e espacialmente, de forma que a migração de bens e de pessoas é uma das consequências.

Quando observadas as modernizações que hoje são objetivadas no território brasileiro percebe-se que elas estão profundamente inseridas numa lógica de *modernizações extrovertidas*. Isso significa que há a interferência de organizações externas que articulam seus interesses por meio de empréstimos, mecanismos de crédito, etc., que são acolhidos no território na forma de uma materialidade seletivamente renovada, que possibilita, acima de tudo, a ampliação do consumo capitalista. Enfim, terminam por impor a forma como o território vai ser modernizado. A participação das organizações financeiras internacionais repercute no planejamento territorial do Estado, que passa a agir segundo interesses externos. Cabe ao Estado brasileiro investir “[...] para dotar certas partes do país das condições de circulação indicadas como indispensáveis para a chamada ‘abertura’ ao comércio externo.” (SANTOS, 2001, p. 261).

No Brasil grande parte da mobilidade criada cumpriu a função de destinar a produção à exportação e ao comércio distante, os quais têm prioridade na alocação dos equipamentos. Isso é facilmente verificado nos sucessivos projetos, principalmente estatais, de modernização do território brasileiro. Assim, no território, observam-se áreas de maior densidade viária e infoviária a serviço de apenas parte da economia nacional (principalmente a de exportação e de comércio distante).

Do ponto de vista social, esses espaços da rapidez contêm ainda uma maior vida de relações (fruto de sua atividade econômica ou sociocultural, que destaca sua importância na divisão territorial do trabalho), uma maior variedade e densidade de consumos, além de serem zonas de passagem, ou seja, respondem à necessidade de uma circulação cujo destino é mais longínquo, geralmente internacional.

No território a presença desigual dos macrossistemas de engenharia e das normatizações leva à conformação de *espaços do mandar e do obedecer* (SANTOS, 2001). Os primeiros são aqueles que ordenam a produção, o movimento e o pensamento do território

como um todo, fazendo uso dos modernos padrões da informação, subjacentes à produção moderna.

A partir do *nexo informacional* se instala o *nexo circulacional*. Ao primeiro cabe maior poder regulador, e está instalado nos polos emissores, enquanto que o segundo, com menor poder regulador, instala-se nos polos receptores. A produção se realiza espalhada pelo território, mas “[...] tem seu motor primário ou secundário em outros pontos do território nacional ou mesmo do estrangeiro.” (SANTOS, 2001, p. 263).

Os espaços que acumulam maior densidade técnica e informacional são, assim, aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. São nesses lugares que os agentes hegemônicos (grandes empresas e firmas) procuram impor sua lógica mais profundamente, a qual transcende aos lugares em que se realiza, resultando em uma tendência a sua ingovernabilidade. Os espaços do mandar são movidos por agentes, entidades públicas e privadas, dotadas de poder regulatório, que, ao fazer uso de seu poder, terminam por gerar conflitos que repercutem sobre o território como um todo.

3 Globalização e território Brasileiro

A globalização², embora seja um fenômeno recente, relacionado ao paradigma técnico fundado na cibernética, na robótica e nos meios de comunicação mais modernos, deve sua origem a um longo processo, de evolução da tecnologia e de seu uso, resultando em formas sociais específicas. Após a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento técnico deu as condições para a criação de um conjunto de novos sistemas técnicos, que a partir da década de 1970, passam a permitir um conjunto de novas formas sociais e de uso do espaço. Um exemplo desses novos sistemas são os satélites, que deram suporte para a difusão mais rápida da informação na escala do planeta. Obviamente, do ponto de vista geográfico, tais novas possibilidades tecnológicas implicaram profundas transformações territoriais, que devem ser objeto de reflexão atenta, de modo a serem traduzidas as atuais formas de uso do território. Por outro lado, as formas mais modernas atribuídas à globalização não se instalam sobre um espaço “alisado”, sem história. Pelo contrário, há o encontro entre uma história local, à qual busca se superpor uma história “global”, mesmo que ela seja, na verdade, a história de alguns sujeitos, atores capazes de agir na escala do globo.

Em certo sentido, o significado comumente atribuído à globalização trata do encontro (e mesmo o intercruzamento) de distintas formas sociais construídas durante séculos, mas que, a partir das grandes navegações ocidentais, participaram do processo de construção do mundo ocidental, mesmo que nesse processo diversos grupos sociais tivessem participado de forma hegemônica, como no caso dos negros africanos e dos povos indígenas. O processo de criação cultural, político e geográfico legou um conjunto ímpar de variadas formas de viver, em todos os continentes (Europa, África e América Latina, principalmente), cujas bases materiais e imateriais devem sua razão de ser, em cada época histórica, ao contínuo progresso técnico e científico que se aprofundou após o renascimento, com o mercantilismo e, em seguida, em cada uma das etapas da revolução industrial.

O quadro a seguir, elaborado a partir das ideias de Santos (1979), traz uma proposta de divisão de períodos para o estudo geográfico da relação entre revoluções técnicas e modernizações, esboçada para entender o caso brasileiro.

² Para saber mais acesse o site: <<http://blogs.unigranrio.br/formacaogeral/o-mundo-globalizado>>.

Quadro 2: Três Grandes Períodos, propostos por Milton Santos (1979).

Período	Características
I – Fim do Séc. XV e início do Séc. XVI, indo até a Revolução Industrial	<ul style="list-style-type: none"> • Revolução: Transportes Marítimos; • Modernização: Comercial; » Precede à Revolução Industrial; » Esboça-se uma divisão internacional do trabalho; » Saque sistemático das riquezas dos países colonizados; » Legislação metropolitana; » Cidades administrativas e comerciais.
II – Entre meados do Séc. XVIII e meados do Séc. XX (mas cujos efeitos se fazem sentir principalmente depois de 1870)	<ul style="list-style-type: none"> • Revolução: Industrial (antes de 1870) e de seus suportes (depois de 1870); • Modernização: Industrial; » Entre a Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial; » As cidades se beneficiam com a modernização dos transportes; » As infraestruturas “[...] são o veículo do grande capital em formação nos países de centro e à procura de aplicação em outros lugares.” » Desenvolvimento “moderno” dos países subdesenvolvidos, ligado às necessidades dos países industriais (matérias-primas, víveres, etc.); » Neocolonialismo e Guerras.
III – Período atual, que se inicia depois da Segunda Guerra Mundial	<ul style="list-style-type: none"> • Revolução: Tecnológica; • Modernização: Tecnológica; » Sucede à Segunda Guerra Mundial; » Revolução do consumo; » O papel da guerra na industrialização de numerosos países subdesenvolvidos; » Economias de escala; » Mais recentemente: internacionalização da divisão do trabalho no plano da produção industrial.

Fonte: SANTOS (1979).

Org.: Autores (2015).

No quadro são apontadas transformações importantes para a compreensão de cada período, indicando as sucessivas etapas para entendermos a globalização. Por outro lado, apontar as origens e a natureza da globalização implica reconhecer a especificidade que esse fenômeno apresenta nos países cujas modernizações se dão reflexas às necessidades externas. Nesse sentido, a modernidade que passa a se dar, principalmente ao longo do século XX, é alinhada a políticas públicas que requereram a reorganização do território brasileiro, cujas marcas mais fortes se deram na acelerada urbanização e nas formas de produzir e viver no campo (modernização agrícola, especialização produtiva, ampliação das áreas de produção, êxodo rural, etc.) e na cidade (crescimento urbano, periferização, verticalização urbana, precarização, favelização, etc.).

Segundo Santos (1979), cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. Em cada período dar-se-á uma modernização, que corresponde à generalização de uma inovação advinda de um período imediatamente anterior. No entanto

ocorrem centros de dispersão dessa modernização, que a impõe aos subsistemas subordinados, de modo que ela se realiza em diferentes lugares, mas com as mesmas variáveis que a objetivara nos centros. Em escala mundial, podemos identificar uma sucessão de modernizações, que nos auxilia na compreensão dos impactos das forças de modernização e suas repercussões sociais, econômicas e políticas.

A história da elaboração dos “espaços derivados” é paralela à história das modernizações, cuja formação e transformação dependem do momento da intervenção das primeiras forças externas e dos impactos sucessivos de outras modernizações. Num primeiro impacto, o país, ou a região, é chamado a entrar no sistema mundial, e consecutivamente outras modernizações vêm somar novos dados de origem externa. A evolução de dado espaço se faz segundo a conjugação de forças externas, de centros distantes, e forças internas já existentes. Assim cada lugar ganha sua originalidade e o subdesenvolvimento, diversidade de condições.

Voltando ao conteúdo do que seria a globalização, é comum os pensadores desse conceito identificá-lo como produtor de homogeneizações nas esferas da *Cultura*, compreendida a partir de padrões culturais ocidentais, focados na sociedade de massa, da *Política*, referida à ascensão do neoliberalismo econômico, e da *Economia*, envolta no surgimento de um mercado global. Embora tais fenômenos sejam em parte verdadeiros, há que se verificar a forma como cada um se materializa nas *formações socioespaciais* de cada país (SANTOS, 1977), o que implica levar em conta a dimensão espacial nas análises, ou seja, a esfera Espacial também é importante a fim de que se possa tornar inteligível o estudo da globalização.

Se por um lado é verdadeiro que o progresso das ciências e da técnica permitiu a criação de uma nova natureza, precisa, carregada de intencionalidades, há que se questionar o uso e o projeto desse progresso, afinal o progresso técnico por si só não garante progresso moral.

Outro mito do atual período histórico é o imperativo da velocidade, baseada na ideia de que o planeta teria encolhido frente ao avanço tecnológico, permitindo o “aniquilamento” do espaço pelo tempo. Obviamente se trata de uma percepção imperfeita dos dados, afinal, mais uma vez, o uso das possibilidades técnicas hoje existentes deve presidir a interpretação do mundo. Embora hoje muito mais pessoas possam usar as formas mais modernas de se comunicar e circular pelo globo, não é menos correto que ainda se trata de uma minoria da

população mundial, e, mesmo local e regionalmente, tais condições apresentam especificidades.

Segundo Neto (2001), o capitalismo globalizou mercados, mas não globalizou os direitos, ampliando a distância entre ricos e pobres. Sendo mais geral, acrescenta:

A globalização banaliza a história, banaliza a cultura de diversos povos, ela (a globalização) é impermeável, a ponto de substituir sem constrangimento a cultura nacional por uma garrafa de *coca-cola* e um *big-mac*... Não se trata aqui de negar a evolução e a própria globalização como fatos históricos relevantes, mas a consensual negação das tradições locais, regionais e nacionais dos valores enfim, não pode estar correta. Nossa história, nossa cultura, nossos sonhos não podem ser apenas referências bibliográficas nesse mundo que tende ao asséptico padrão ISO 9000 e tal... Não podemos deixar de refletir que há uma antinomia gritante entre o livre mercado e a democracia, e essa antinomia não poderá ser equilibrada pelo capitalismo. (NETO, 2001, p. 17).

As dificuldades impostas pelos padrões culturais atingem toda a sociedade, criando um conjunto de novas necessidades, não poucas vezes sem filiação com as suas características culturais já consagradas. Os veículos de comunicação, bem como a propaganda, têm um papel fundamental na criação de tecnosfera que transforma os cidadãos em consumidores (SANTOS, 1987).

Santos (2011) enfatiza o papel que a informação tem para a sustentação da globalização. Hoje a produção do mundo é resultado do acúmulo de informação na constituição dos sistemas técnicos (telecomunicações, produção-transporte-distribuição de energia elétrica, telemática, transportes terrestres, hidroviários, ferroviários e aeroviários, entre muitos outros sistemas), mas também se encontra presente no uso desses sistemas. Para que eles funcionem foi necessária a montagem de um complexo sistema de comunicações, operando em tempo real, permitindo o que esse autor denomina de *convergência dos momentos*, resultado, ela mesma, da *unicidade técnica* planetária.

Os sistemas satelitários, que permitiram a constituição de um sistema de telecomunicações global, são usados com frequência para se referir à possibilidade de troca de informações entre diversos sujeitos em escala global. Mas cabe questionar quantas pessoas hoje no mundo têm acesso a isso, ao mesmo tempo em que se deve perceber como tal acesso afeta o conjunto dos sujeitos e dos lugares? Nesse sentido, será que efetivamente existe uma “aldeia global”? Seguramente, embora tenha sido ampliada a possibilidade de uso dos meios mais modernos de transporte e de comunicação, seu uso ainda é restrito a uma pequena parcela de pessoas, e mesmo os lugares visitados, os objetos consumidos, são sempre referidos no rol daqueles consagrados como necessários pela cultura de massa em escala global.

Mesmo o uso da internet dentro de cada país, ou da telefonia celular, seguem a lógica do interesse das grandes empresas, impedindo a real universalização de seu uso. Um exemplo de ação na escala do planeta dada pelos atuais sistemas técnicos é o funcionamento das Bolsas de Valores pelo mundo, que permite aos agentes hegemônicos globais uma ação planetária “24 horas”, pois, enquanto uma bolsa encerra o dia, outra está abrindo. A definição dos preços das *commodities* de exportação é feita levando em consideração os interesses financeiros e de mercado em escala global, demonstrando o poder de *conhecimento do planeta* que os agentes globais hoje possuem, o que repercute em cada lugar onde são produzidos os itens exportáveis.

No caso do Brasil, as condições de seu território durante quase 450 anos foram um constrangimento à comunicação entre os lugares, apesar da toponímia e caminhos herdados dos grupos indígenas já aqui estabelecidos antes de 1500, pois fazer circular coisas e pessoas, bem como informar, implicava o desafio de enfrentar diferentes formações “naturais” (campos, florestas, cerrados, matas, rios, etc.), resultando em significativa dificuldade à unificação e formação do território, bem como sua ocupação e defesa.

A integração de mercados iniciada com o Estado Novo (1930), acelerada com a Era JK (1950-55) e durante o período militar (1964-85), dotou o território brasileiro das materialidades (sistemas viários terrestres, pela água e pelo ar) que permitiram a difusão mais rápida da informação, ao mesmo tempo em que pessoas e coisas (materialidades) passaram a circular em maior quantidade e mais rapidamente. De certa forma, a modernização vivida pelo Brasil pós Segunda Guerra Mundial também foi assistida em outras parcelas do globo, em outros países que também viram seu espaço ser reorganizado em função de novas etapas da expansão capitalista.

Evidentemente, a globalização econômica hoje posta em prática traz tanto possibilidades quanto problemas. Em seu livro *Por uma outra Globalização*, Santos (2011) afirma que ela deve ser entendida a partir de três perspectivas do mundo hoje: “O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a *globalização como fábula*; o segundo seria o mundo tal como ele é: a *globalização como perversidade*; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: *uma outra globalização*³.” (SANTOS, 2011, p. 11-14, grifo nosso). O quadro a seguir sintetiza as ideias do autor:

Quadro 3: As três globalizações, segundo Santos (2011)

Globalização	Conjunto de fantasias, repassadas principalmente pelos veículos de comunicação de massa,
--------------	--

³ Para compreender melhor assista ao documentário “Encontro com Milton: o Mundo Global Visto do Lado de Cá.” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM>.

como <i>Fábula</i>	<p>cuja repetição acaba convencendo.</p> <p>Exemplo citado pelo autor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aldeia global – “[...] para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir do mito do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaços contraídos. É como se o mundo agora estivesse, para todos, ao alcance da mão” (SANTOS, 2011, p.12); - Presença de um mercado avassalador capaz de homogeneizar o mundo, quando na verdade se aprofundam as diferenças locais; - Busca pela uniformidade e padronização, mas ao serviço dos atores hegemônicos, distanciando uma verdadeira união mundial; - Estímulo do culto ao consumo; - Morte do Estado (neoliberalismo, privatizações, etc.), embora vejamos seu fortalecimento para defender os interesses financeiros e das grandes empresas transnacionais; - Fim da ideologia, em nome da certeza que os processos da globalização são suficientemente bons.
Globalização como <i>Perversidade</i>	<p>Para a maior parte da humanidade, a globalização se apresenta como uma fábrica de perversidades, entre elas cita o autor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desemprego crônico; - Aumento da pobreza e perda da qualidade de vida das classes médias; - Redução do salário médio; - Fome e desabrigo em grandes áreas do globo; - Novas enfermidades e retorno de antigas doenças; - Mortalidade infantil permanente, a despeito dos progressos médicos e da difusão da informação; - Precarização da educação; - Ampliação de males espirituais e morais (egoísmos, cinismos, corrupção, etc.); - “A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização.” (SANTOS, 2011, p. 13).
Uma <i>outra</i> Globalização	<p>Uma outra globalização tem como foco ser mais humana, utilizando das mesmas bases materiais do atual período (a unicidade técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta). Tais bases hoje estão a serviço dos grandes interesses mundiais, representados, fundamentalmente, por grandes empresas transnacionais. São necessários, portanto, outros fundamentos sociais e políticos. Segundo o autor, tais condições já são possibilidades desde o final do século XX, exemplificado tanto empiricamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Misturas culturais de todo tipo (povos, raças e culturas); - Encontro e “mistura” de diferentes filosofias, em detrimento do racionalismo europeu; - Aglomeração de pessoas, resultado da urbanização crescente, ampliando as misturas culturais; - Reinvenção da Cultura Popular, que usa ao seu modo os meios técnicos próprios a cultura de massa, recriando e pervertendo o sentido próprio de dominação desta (revanche/vingança); - Enfim, produção de uma sociodiversidade; <p>Do ponto de vista teórico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - “[...] o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato. Esse novo discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica. A universalidade deixa de ser uma elaboração abstrata na mente dos filósofos para resultar da experiência ordinária de cada homem.” (SANTOS, 2011, p. 14).

Fonte: Santos (2011).

Org.: Autores (2015).

A produção da globalização, segundo Santos (2011, p. 16), foi assegurada pela unicidade técnica:

Na história da humanidade é a primeira vez que tal conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente, sua presença. Isso, aliás, contamina a forma de existência das outras técnicas, mais atrasadas. As técnicas características do nosso tempo, presentes que sejam em um só ponto do território, têm influência marcante sobre o restante do país, o que é bem diferente das situações anteriores. Por exemplo, a estrada de ferro instalada em regiões selecionadas, escolhidas estrategicamente, alcançava uma parte do país, mas não tinha influência direta determinante sobre o restante do território. Agora, não. A técnica da informação alcança a totalidade de cada país, direta ou indiretamente. Cada lugar tem acesso ao acontecer dos outros [...] (SANTOS, 2011, p. 17).

Por outro lado, segundo Santos (2011, p. 17) há o papel da política, pois o uso dos sistemas técnicos resulta das escolhas políticas, motivadas por interesses públicos (dos Estados), ou privados (das empresas⁴).

As técnicas atuais permitem a produção das partes de um dado produto naqueles lugares escolhidos pelos agentes globais, de modo que diferentes fábricas em distintos lugares do globo fracionam tecnicamente a produção, mas que é unificada do ponto de vista político, segundo os interesses desses mesmos agentes globais.

Hoje os territórios apresentam um conteúdo técnico muito maior. Esse processo se constitui na implantação ou modificação das formas constituintes do espaço geográfico, segundo o uso de grandes objetos técnicos capazes de permitir a fluidez, tanto material quanto imaterial. Se ao longo das últimas décadas verificou-se o aumento da importância das materialidades construídas sobre o espaço (sistemas de armazenamento, sistemas de transporte de todo tipo, fábricas e novas áreas de plantio com forte presença da ciência), também se verifica a importância do movimento, dos fluxos (inclusive financeiros), impondo aos lugares uma verdadeira vida de relações (SANTOS, 1999). Por isso que esse autor afirma que se vivencia hoje o tempo dos objetos:

Os objetos são hoje capazes de influenciar e mesmo impor comportamentos, pois o seu caráter sistêmico permite somente funcionar quando obedecidas suas regras próprias pré-determinadas. Pensar o uso do território leva a que se observe a implantação de novas formas capazes de gerar funções que lhes são específicas. Essa implantação, que propicia que a ocupação se dê de modo especializado, inclui a substituição de funções já existentes por outras mais “funcionais” em termos capitalistas, que, criadas dentro dessa lógica, podem levar a uma *especialização dos lugares* (SANTOS, 1999).

Exemplos de especializações no Brasil não faltam, as áreas destinadas à produção de *commodities* para exportação, sejam as mais antigas ou as mais novas (fronteiras agrícolas)

⁴ Assista ao filme “A distopia do capital”, de Sílvio Tendler. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?t=3316&v=A8As8mFaRGU>>.

demonstram empiricamente os problemas da modernização sem uma verdadeira filiação com as necessidades do lugar. São geradoras de riqueza, mas que não permanecem no lugar, afinal a informação para a produção, que está também presente no insumo (sementes, certificações de qualidade, tipo de pesticidas, etc.), é fornecida “de fora”, segundo o interesse de grandes empresas globais. Os equipamentos utilizados (tratores de todo tipo) também são produzidos fora, ficando na região pouco da riqueza nela produzida. Ao mesmo tempo, há a criação de uma elite econômica, com grande poder aquisitivo, que também exerce seu papel de consumidor comprando fora da região de produção. Trata-se, a especialização produtiva, de uma forma espacial que exemplifica perfeitamente como a globalização econômica em curso é uma globalização perversa.

Assim, hoje o conteúdo técnico do território ganha novo sentido pois as modernizações terminam por viabilizar que seja feito uso de *técnicas invasoras*, responsáveis pela organização de espaços de racionalidade rígida, movimentados para ações hegemônicas. Vale destacar que a escolha do sistema técnico não é exclusivamente uma decisão técnica. Diferente disso, a escolha dos sistemas técnicos que serão estendidos pelo território é acima de tudo política, ou seja, é também no interior dos conflitos sociais que está a decisão de quais sistemas técnicos e em quais condições serão objetivados sobre o território, reafirmado o primado político sobre o econômico.

REFERÊNCIAS

MACIEL NETO, Pedro Benedito. **GLOBALIZAÇÃO**: Reflexão sobre seus efeitos sociais, culturais, econômicos e jurídicos. Americana, SP: Caminho Editorial, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O Espaço Dividido**: dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

_____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **AGB/Boletim Paulista de Geografia**, número 54, junho de 1977.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Vídeos

A DISTOPIA do capital. Direção: Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?t=3316&v=A8As8mFaRGU>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

ENCONTRO com Milton: o Mundo Global Visto do Lado de Cá. Direção: Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban, 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM>. Acesso em: 01 jun. 2015.

JOSUÉ de Castro: cidadão do mundo. Direção: Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Bárbaras Produções, 1994. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fQrwW1sjHyI> Josué de Castro>. Acesso em: 01 jun. 2015.

MILTON Santos: por uma outra globalização. Direção: Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas, 2004. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=K6EIIQNsoJU> Milton santos>. Acesso em 01 jun. 2015.